

AVISO DE SELEÇÃO

PROCESSO SELETIVO TJCE Nº 20/2018

RETIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO PARA PREENCHIMENTO DE 5 (CINCO) VAGAS, BEM COMO FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DE ESTAGIÁRIOS DO CURSO DE DIREITO PARA A REGIÃO NORTE / NOROESTE.

O INSTITUTO EUVALDO LODI – IEL/CE, na qualidade de Agente de Integração de Estágio, responsável pelo Processo Seletivo de ESTAGIÁRIOS do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ-TJCE, COMUNICA aos interessados que **ficam alterados os itens a seguir:**

3. DO PROCESSO SELETIVO

(...)

3.3.2. As questões dissertativas abordarão assuntos relativos ao curso do candidato. O CONTEÚDO PROGRAMÁTICO CONSTA DO ANEXO I DESTE EDITAL

ANEXO I

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: princípios fundamentais. Da aplicabilidade das normas constitucionais: normas de eficácia plena, contida e limitada; normas programáticas. Poder Constituinte; Controle da constitucionalidade das leis. Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos. Da organização do Estado. Da Administração Pública. Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo. Do Poder Executivo. Do Poder Judiciário. Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público. Da Ordem Social: do Meio Ambiente; da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso.

DIREITO ADMINISTRATIVO: Princípios do Direito Administrativo. Administração direta e indireta. Órgãos públicos. Agentes Públicos. Ato administrativo: requisitos, atributos, classificação, espécies, revogação, invalidação e convalidação do ato administrativo. Poderes e deveres dos administradores públicos: uso e abuso do poder, poderes vinculado, discricionário, hierárquico, disciplinar e regulamentar, poder de polícia, deveres dos administradores públicos. Responsabilidade Civil do Estado: aplicação da responsabilidade objetiva. Bens públicos: regime jurídico. Licitação e contratos administrativos (Lei Federal nº 8.666/1993): princípios, modalidades, dispensa e inexigibilidade, procedimentos e fases. Contratos administrativos: execução, inexecução e a rescisão dos contratos administrativos. Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/1992). Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação.

DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (arts. 1º ao 6º). Pessoa Natural. Pessoa Jurídica. Tutela e Curatela. Domicílio Civil. Bens: classificação. Negócio Jurídico: defeitos e invalidade, forma e prova. Atos Jurídicos: atos lícitos e atos ilícitos. Prescrição e Decadência. Obrigações: modalidades. Direito das coisas: posse, propriedade: aquisição e extinção; direitos reais de fruição e de garantia. Contratos: formação, efeitos, classificação e extinção. Da Responsabilidade Civil. Direito de Família: casamento, relações de parentesco, poder familiar, tutela, curatela e união estável. Sucessões: sucessão em geral e sucessão legítima. Investigação de paternidade. Alimentos.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Novo Código Civil – Lei Federal n.º 13.105/2015. Ação. Jurisdição. Competência. Normas fundamentais do processo civil e sua aplicação. Sujeitos do processo. Litisconsórcio. Ministério Público como parte e fiscal da ordem jurídica. Atos processuais: forma, tempo, lugar e comunicação. Nulidades. Tutela provisória. Formação, suspensão e extinção do processo. Procedimento Comum. Cumprimento de Sentença. Processo de Execução: execução em geral. Recursos. Lei Federal nº 8.560/1992 (Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências). Lei Federal nº 5.478/1968 (Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências).

DIREITO PENAL: Parte geral: Da aplicação da lei penal. Princípios da legalidade e da anterioridade. A lei penal no tempo e no espaço. Do crime: o fato típico e os seus elementos. Relação de causalidade. Culpabilidade. Superveniência de causa independente. Crime consumado, tentado e impossível. Desistência voluntária e arrependimento eficaz. Arrependimento posterior. Crime doloso, culposo e preterdoloso. Erro de tipo. Erro de proibição. Erro sobre a pessoa. Coação irresistível e obediência hierárquica. Causas excludentes de ilicitude. Perdão judicial. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Concurso de crimes. Das penas: espécies, cominação e aplicação. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Extinção da punibilidade. Parte especial: Dos crimes contra a vida. Das lesões corporais. Dos crimes contra a honra. Dos crimes contra a liberdade individual. Dos crimes contra o patrimônio. Dos crimes contra a dignidade sexual. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública. Leis penais especiais: Contravenções penais (Decreto-Lei n.º 3.688/1941); Crimes de abuso de autoridade (Lei Federal n.º 4.898/1965); Crimes hediondos (Lei Federal n.º 8.072/1990); Interceptação telefônica (Lei Federal n.º 9.296/1996); Crimes de tortura (Lei Federal n.º 9.455/1997); Crimes de trânsito (Lei Federal n.º 9.503/1997); Crimes ambientais (Lei Federal n.º 9.605/1998); Lavagem de dinheiro (Lei Federal n.º 9.613/1998); Estatuto do Desarmamento (Lei Federal n.º 10.826/2003); Tráfico ilícito e uso indevido de substâncias entorpecentes (Lei Federal n.º 11.343/2006); Violência doméstica e familiar contra a mulher (Lei Federal n.º 11.340/2006); Organizações criminosas (Lei Federal n.º 12.850/2013).



DIREITO PROCESSUAL PENAL: Princípios gerais do Processo Penal. Inquérito policial. Ação penal: conceito, condições, pressupostos processuais, classificação, titularidade, condições de procedibilidade, arquivamento. Denúncia. Queixa. Renúncia. Perdão. Perempção. Ação civil. Competência: critérios de determinação e modificação. Das questões e processos incidentes. Das exceções no processo penal. Da prova: conceito, princípios básicos, objeto, meios, ônus, limitações constitucionais das provas, sistemas de apreciação. Sujeitos da relação processual. Da prisão: espécies e requisitos. Da liberdade provisória. Das medidas cautelares diversas da prisão. Das citações e intimações. Da sentença: conceito, requisitos, classificação, publicação e intimação, efeitos, fundamentação. Do procedimento comum. Do procedimento dos crimes dolosos contra a vida. Desaforamento. Das nulidades. Dos recursos em geral: princípios básicos e espécies. Do Habeas Corpus. Da revisão criminal. Execução penal e seus incidentes (Lei Federal n.º 7.210/1984). Procedimento dos Juizados Especiais Criminais (Lei Federal n.º 9.099/1995). Prisão temporária (Lei Federal n.º 7.960/1989).

Fortaleza, 20 de agosto de 2018
Comissão de Seleção
Área de Educação e Carreiras IEL/CE